

# CAPACIDADES ADMINISTRATIVAS DA POLÍTICA HABITACIONAL: TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS<sup>1</sup>

## Sumário Executivo

Este estudo pretende contribuir para o desenvolvimento do Plano Nacional de Habitação, fornecendo informações espacializadas sobre as capacidades institucionais dos municípios brasileiros para administrar programas habitacionais.

Com base nos dados da Pesquisa sobre o Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2004), foram construídos nove agrupamentos (clusters) de municípios, a partir de uma análise de correspondência múltipla, com base em informações sobre a existência (ou não) das seguintes capacidades administrativas: órgãos destinados à gestão da política habitacional; cadastros próprios e/ou fontes de informação para identificação do déficit municipal de moradias; instâncias de participação popular para o planejamento de políticas habitacionais; disponibilidade de fundos específicos para a política habitacional e urbana; consórcios de habitação. A distribuição destes clusters é analisada por unidade da federação, segundo as áreas metropolitanas, por faixas de tamanho populacional e pelas taxas de urbanização.

Após a análise desta tipologia para 2004, a mesma tipologia foi replicada aos dados de 1999. Esta caracterização permite a comparação da evolução das capacidades institucionais dos municípios brasileiros no período recente.

Além disso, o estudo apresenta a distribuição das capacidades administrativas selecionadas para o ano de 2005, com base na última edição da Pesquisa sobre o Perfil dos Municípios Brasileiros, analisando as variáveis isoladamente em comparação com o ano anterior, verificando a (des)continuidade de cada elemento de capacidade institucional de gestão municipal na área de habitação nos dois anos em questão.

Dessa maneira, o trabalho realiza um diagnóstico das capacidades de gestão da política habitacional dos municípios, identificando:

- os recursos administrativos já disponíveis e que podem ser potencialmente mobilizados para a Política Nacional de Habitação, a ser coordenada pelo Ministério das Cidades.
- os municípios e regiões que precisariam de especial atenção do Ministério para vir a desenvolver políticas e programas municipais nesta área.
- os tipos de recursos administrativos que necessitariam ser prioritariamente estimulados para que a Política Nacional de Habitação alcance seus objetivos.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado pelo CEM/Cebrap para o Ministério das Cidades (MCidades/ Governo Federal), de acordo com o Contrato de Prestação de Serviços nº 06/47-3335 com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – Projeto BRA/00/019.